

Galvêas vê mudanças nas distorções

Porto Alegre — O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem, em Novo Hamburgo, que para corrigir o déficit público é que estão sendo estudadas medidas especiais. Elas constarão do "pacote" que será anunciado na próxima semana, estabelecendo uma redução das despesas das estatais. Galvêas afirmou que deverão ser corrigidas distorções, como nos repasses dessas empresas aos fundos de pensão de seus funcionários: "Algumas pagam um por um, mas outras comprometem quantias muito superiores às contribuições dos próprios associados. Vamos corrigir isto. Também devemos limitar os salários em até treze por ano e regular as gratificações". Ele anunciou ainda que está sendo analisada a possibilidade dos bancos privados serem liberados em seus limites de crédito para o setor privado: "Vamos contribuir para redução dos juros ao mesmo tempo em que será

reduzida a pressão do Governo no mercado".

Quanto aos subsídios, Galvêas confirmou que deverão ser ajustados tanto para a agricultura como para a exportação: "Não faz sentido uma inflação de 120 por cento e juros de 40 por cento. A diferença é muito grande. Temos que adequar isto à nossa realidade". O ministro da Fazenda confirmou que também se cogita da adoção de um novo "imposto-calamidade", mas descartou praticamente a alternativa do governo Ernesto Geisel, que recolheu antecipadamente 5 por cento do Imposto de Renda: "As enchentes no Sul e a seca no Nordeste estão nos levando a adotar alguma medida nesta área para aumentar a arrecadação, principalmente na área financeira, pois não queremos sobrecarregar as pessoas físicas e jurídicas. O objetivo é atender os problemas sociais. Mas será uma medida de dimensão limitada", disse ele.